



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681525 - PR (2021/0227814-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
IMPETRANTE : JOSE MARIO RABELLO FILHO
ADVOGADO : JOSÉ MÁRIO RABELLO FILHO - PR032352
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : MARCEL HAMAO MORODOME (PRESO)
CORRÉU : LUAN JESSE LEAL
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCEL HAMAO MORODOME em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (*Habeas Corpus* n. 0041632-53.2021.8.16.0000).

O paciente, denunciado pela prática em tese dos crimes previstos nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006, encontra-se preso preventivamente para evitar a reiteração delitiva e, assim, garantir a ordem pública.

O impetrante sustenta, em primeiro lugar, a atipicidade da conduta imputada ao paciente. Afirma que os medicamentos apreendidos na residência do custodiado era para consumo próprio e que não havia o intuito de comercialização. Nesse sentido, afirma a necessidade de desclassificação da conduta para enquadrá-la ao preceito primário do art. 28 da Lei Antidrogas.

No mais, alega a desnecessidade da segregação preventiva, ao argumento de que não estão presentes os pressupostos do art. 312 do Código de Processo Penal. Defende a possibilidade de aplicação das medidas cautelares diversas da prisão dispostas no art. 319 do CPP.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva imposta ao paciente, com a imediata expedição do alvará de soltura. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. INDEFERIMENTO DA LIMINAR NO WRIT ORIGINÁRIO. SÚMULA N. 691 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF. DOMICILIAR. PAI DE CRIANÇA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 318, VI, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - CPP. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE PATENTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Nos termos expostos na decisão agravada, não se constata nos autos constrangimento ilegal patente, apto a justificar a superação do enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal - STF.

2. Quanto ao pleito de prisão domiciliar, conforme consta da decisão proferida pelo Tribunal de origem, sequer ficou demonstrado que o paciente seria o único guardião da criança, não estando supridas as exigências do art. 318, VI, do CPP.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 672.703/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 22/06/2021, DJe 24/06/2021)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, sobretudo porque, conforme aduzido na decisão impetrada, o paciente "*voltou a delinquir a despeito de já estar sendo processado criminalmente pelo mesmo crime, o que demonstra neste momento a necessidade de sua prisão preventiva para a garantia da ordem pública*" (e-STJ fls. 50-51). Ademais, como é cediço, a estreita via do *habeas corpus* não comporta discussão que dependa de amplo revolvimento fático-probatório, como é o caso da pretensão de desclassificação do fato imputado ao paciente para enquadrá-lo ao preceito do art. 28 da Lei Antidrogas.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência